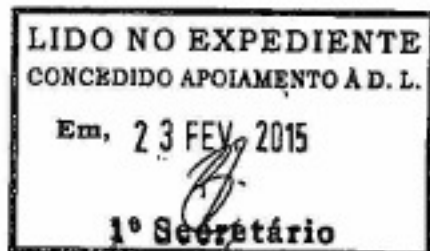




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1 /2015

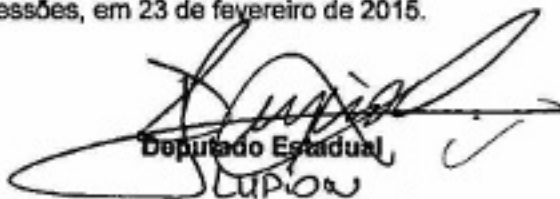


Revoga o art. 107 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 1º Revoga o art. 107 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 23 de fevereiro de 2015.


Deputado Estadual
LUPION

JUSTIFICATIVA

O art. 107 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná prevê a transformação das Sessões Plenárias em Comissão Geral.

Tal dispositivo historicamente foi utilizado para a votação de proposições de maneira muito célere, sem a necessária discussão dos parlamentares.

Dessa forma, propõe-se a revogação da norma para que o mecanismo de Comissão Geral não seja mais utilizado.



ZimPauli







14139 17/02/15 23/02/15 453 DAP



Luiz Claudio Romanelli	
Elio Lino Rusch	
Alexandre Guimarães HUSSEIN BAKKI	
MARCIO NUNES	
TIAGO AMARAL	
Nelson Justino	
Mora Lima	
Amorim Bueno	
Jones Guimarães	
GILSON DE SOUZA	
Claudio Kelozzi	
FERNANDO SCARAVACA	
Ricardo Almeida	
Francisco Alves	



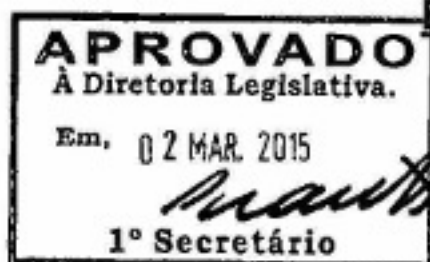
x	Christina Schuster	Robelus Kaufelt
.	Dr. BATISTA	_____
.	Felipe Francischini	Francischini
x	JOSE C. SCHIAVINO	_____
.	Claudio Pereira	Claudio Pereira
.	PAULO LITRO	_____
.	WILMAR REICHENBACH	_____
.	FRANCISCO BÜCKER	Francisco Bucker
.	_____	_____
.	Paulo	Mauricio
.	Devanir da Silva	_____



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



REQUERIMENTO



Súmula: Requer a anexação do Projeto de Resolução nº 3/15 ao 1/15, por tratarem de matérias correlatas.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário a anexação do **Projeto de Resolução n. 3/2015** ao **1/2015**, conforme dispõe o art. 120 do Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões, 02 de março de 2015.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Comissão
de Constituição e Justiça

Anotar-se e encaminhar-se
Para Providências
DL. 03/03/15



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/2015

Projeto de Resolução nº 01/2015

Autores: DEPUTADO ADEMAR TRAIANO, DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, DEPUTADO ALEXANDRE CURI, DEPUTADO FRANCISCO BUHRER, DEPUTADO BERNARDO CARLI, DEPUTADO TIÃO MEDEIROS, DEPUTADO ELIO RUSCH, DEPUTADO ALEXANDRE GUIMARAES, DEPUTADO HUSSEIN BAKRI, DEPUTADO MARCIO NUNES, DEPUTADO TIAGO AMARAL, DEPUTADO NELSON JUSTUS, CANTORA MARA LIMA, DEPUTADO ANDRE BUENO, DEPUTADO JONAS GUIMARÃES, DEPUTADO GILSON DE SOUZA, DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA, DEPUTADO MISSIONARIO RICARDO ARRUDA, DEPUTADO PLAUTO MIRÓ, DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI, DEPUTADO DR BATISTA, DEPUTADA CLAUDIA PEREIRA, DEPUTADO PAULO LITRO, DEPUTADO SCHIAVINATO, DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI, DEPUTADO WILMAR REICHEMBACH, DEPUTADO EVANDRO JUNIOR, DEPUTADO MAURO MORAES, DEPUTADO COBRA REPORTER, DEPUTADO PALOZI, DEPUTADO GUTO SILVA, DEPUTADA MARIA VICTORIA, DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR, DEPUTADO PEDRO LUPION.

Em anexo, PROJETO DE RESOLUÇÃO nº. 03/2015

Autores: DEPUTADO PROFESSOR LEMOS, DEPUTADO NELSON LUERSEN, DEPUTADO MARCIO PACHECO, DEPUTADO DR BATISTA, DEPUTADO ADELINO RIBEIRO, DEPUTADO TERCÍLIO TURINI, DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO, DEPUTADO REQUIAO FILHO, DEPUTADO EVANDRO JUNIOR, DEPUTADO ANIBELLI NETO, DEPUTADO MARCIO PAULIKI, DEPUTADO CHICO BRASILEIRO, DEPUTADO RASCA RODRIGUES, DEPUTADO NEREU MOURA, DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK, DEPUTADO TADEU VENERI

Súmula: Revoga o Art. 107 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

EMENTA: REVOGA O ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. ART. 54 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTS. 33 E 121, § 2º, INC II, DO REGIMENTO INTERNO. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O presente Projeto de Resolução, de autoria dos Deputados Pedro Lupion, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães e outros, visa revogar o Art. 107 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a fim de suprimir do Regimento Interno da casa a possibilidade de transformação das sessões plenárias em Comissão Geral.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A Constituição Estadual estabelece a competência privativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para elaborar seu regimento interno, conforme segue:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

II - elaborar o Regimento Interno; (grifos nossos)

Ademais, o **Projeto de Resolução** é o meio adequado para regular matéria de caráter administrativo, conforme dispõe o art. 121, § 2º, II do **REGIMENTO INTERNO**:

Art. 121. A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembléia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

II – matéria de natureza regimental;

Assim, resta claro que o Projeto de Resolução encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto de Resolução ora em tela encontra-se em consonância com as disposições da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014.

CONCLUSÃO

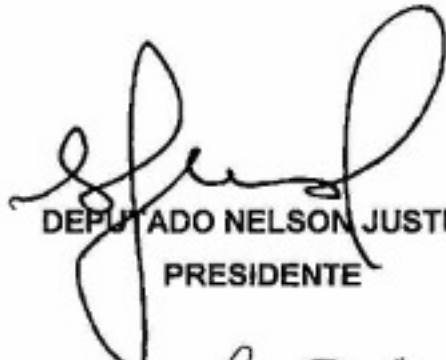


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Resolução, em face de sua **legalidade** e por estarem presentes todos os requisitos **constitucionalidade**.

Sala das Comissões, 03 de março de 2015.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR



APROVADO

03.03.15



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
18ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/2015

Revoga o art. 107 do
Regimento Interno da
Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná.

1. RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Resolução de autoria de diversos deputados com o fim de revogar o art. 107, da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná).

A proposta tem o objetivo de extinguir a previsão da transformação das Sessões Plenárias em Comissão Geral.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O art. 107 do Regimento Interno desta Casa prevê a transformação das Sessões Plenárias da Assembleia em Comissão Geral. Assim dispõe:

Art. 107 A Sessão Plenária da Assembleia será transformada em Comissão Geral, por proposta conjunta de Líderes, ou por um terço dos membros da Assembleia, sob a direção de seu Presidente, para:

- I - debate de matéria relevante;
 - II - estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado;
 - III - discussão de projeto de lei de iniciativa popular, desde que presente o orador que irá defendê-lo;
 - IV - comparecimento de Secretário de Estado.
- § 1º A Assembleia será constituída em Comissão Geral, com a aprovação da maioria absoluta dos votos.
- § 2º O requerimento propondo a constituição da Assembleia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação, decorridas vinte e quatro horas de sua apresentação e deverá conter desde logo, o objeto, o dia e hora da reunião.

Tradicionalmente, a Comissão Geral é utilizada neste Poder para a discussão e votação de Proposições em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
18ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



Geral (projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos).

Por inúmeras vezes esta Casa foi criticada pelo uso desse instituto que acelera a tramitação e votação dos projetos.

A Comissão Geral muitas vezes reduz o debate sobre a matéria objeto das proposições. Parlamentares e representantes da sociedade civil organizada reclamam pela falta de tempo de estudo das propostas.


Diante disso, com a revogação do art. 107 do Regimento Interno, a Comissão Executiva desta Casa entende que o Parlamento Estadual dá um grande passo na direção de um processo legislativo mais democrático.

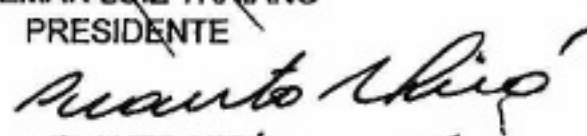
Com relação à constitucionalidade e legalidade, o Projeto de Resolução está em consonância com o disposto no Ordenamento Jurídico Brasileiro.


3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos termo do art. 222 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, opina-se pela aprovação do Projeto de Resolução nº 01/2015

Curitiba, 3 de março de 2015.


ADEMAR LUIZ TRAIANO
PRESIDENTE


PLAUTO MIRÓ
1º SECRETÁRIO


ADEMIR BIER
2º SECRETÁRIO